

Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia / SECADI/MEC

Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos,
no contexto da Diversidade Cultural

**ANÁLISE DE PROJETOS NA ÁREA DE INCLUSÃO, OFERTADOS PELO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, PSICOPEDAGÓGICA E
DIAGNÓSTICA (DEIPD), NO MUNICÍPIO DE CIDADE OCIDENTAL – GO.**

LIANA BEATRIZ MORAES DE SOUZA

Brasília
2015



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia / SECADI/MEC

Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos,
no contexto da Diversidade Cultural

**ANÁLISE DE PROJETOS NA ÁREA DE INCLUSÃO, OFERTADOS PELO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, PSICOPEDAGÓGICA E
DIAGNÓSTICA (DEIPD), NO MUNICÍPIO DE CIDADE OCIDENTAL – GO.**

LIANA BEATRIZ MORAES DE SOUZA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto de Psicologia da
Universidade de Brasília (IP/UnB) como
requisito parcial para obtenção do título
de Especialista em Educação em e para
os Direitos Humanos no Contexto da
Diversidade Cultural.

Professor Orientador: Ms. Clerismar Aparecido Longo

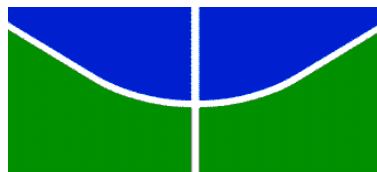
Brasília
2015

Souza, Liana Beatriz Moraes de.

Título: ANÁLISE DE PROJETOS NA ÁREA DE INCLUSÃO, OFERTADOS PELO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, PSICOPEDAGÓGICA E DIAGNÓSTICA (DEIPD), NO MUNICÍPIO DE CIDADE OCIDENTAL – GO./ Liana Beatriz Moraes de Souza. – Brasília, 2015.

40 f.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (IP/UnB), como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural.



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia / SECADI/MEC

Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos,
no contexto da Diversidade Cultural

O Trabalho de Conclusão de Curso de autoria de Liana Beatriz Moraes de Souza, intitulado ANÁLISE DE PROJETOS NA ÁREA DE INCLUSÃO, OFERTADOS PELO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, PSICOPEDAGÓGICA E DIAGNÓSTICA (DEIPD), NO MUNICÍPIO DE CIDADE OCIDENTAL – GO., submetido ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, no âmbito da SECADI/MEC, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Especialista em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural, foi defendido e aprovado pela banca examinadora abaixo assinada:

Ms. Clerismar Aparecido Longo (Orientador)
Universidade de Brasília (UnB)

Dr. Eloísa Pereira Barroso (Examinadora)
Universidade de Brasília (UnB)

Brasília
2015

Dedico à minha família e aos amigos pelo apoio na realização deste trabalho.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus, por mais uma conquista; ao meu orientador, Prof. Clerismar Aparecido Longo, pela dedicação e correções; aos meus avós e meus filhos por todo apoio e compreensão.

“Percebi ainda outra coisa debaixo do sol: Os velozes nem sempre vencem a corrida; os fortes nem sempre triunfam na guerra; os sábios nem sempre têm comida; os prudentes nem sempre são ricos; os instruídos nem sempre têm prestígio; pois o tempo e o acaso afetam a todos.”

(Eclesiastes 9:11)

“Um país se faz com homens e livros.”
(M. Lobato)

RESUMO

A presente monografia procura definir os conceitos de inclusão social, bem como demonstrar a importância da aplicação das leis e da Carta Maior no que tange ao direito à educação e na atribuição de ensino especial a quem de fato necessite; visa promover a conscientização e aceitação dos pais ao programa ofertado através do DEIPD – Departamento de Educação Inclusiva, Psicopedagógica e Diagnóstica; aborda os princípios do melhor interesse e da prioridade absoluta do menor, os quais viabilizam maior oportunidade de crescimento da criança e adolescente por meio do ensino complementar; A importância do tema levantado neste trabalho se dá em virtude da ampla implementação do Departamento em todo território do Brasil, pois abrange todas as famílias cujos filhos possuem alguma limitação acadêmica, desde que cumpridos certos requisitos.

Palavras-chave: Inclusão Social. Educação. Ensino Especial. Conscientização. Limitação acadêmica.

ABSTRACT

This monograph seeks to define the social inclusion of concepts and demonstrate the importance of law enforcement and the Greater Charter regarding the right to education and the allocation of special education who actually need; It aims to promote awareness and acceptance of parents to the program offered by DEIPD - Department of Inclusive Education, Psychopedagogical and Diagnostics; It discusses the principles of best interest of the minor and their absolute priority, which enable most child and adolescent growth opportunity through further education; the importance of the issue raised in this paper occurs because of to the wide implementation of the Department throughout the territory of Brazil as it covers all the families whose children have some academic limitation, provided certain requirements are met.

Key words: Social Inclusion. Education. Special education. Awareness. Academic limitation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABREVIATURAS

Art.	Artigo
Obs.	Observação

SIGLAS

BPC	Benefício De Prestação Continuada
CF	Constituição Federal de 1988
CMAEE	Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DEIPD	Departamento de Educação Inclusiva, Psicopedagógica e Diagnóstica
DI	Deficiência Intelectual
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
HMIB	Hospital Materno Infantil de Brasília
MEC	Ministério da Educação
PME	Plano Municipal da Educação
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNE	Plano Nacional de Educação
SEC	Secretaria de Educação e Cultura
TDAH	Transtorno do Déficit de Atenção Hiperativo
TOC	Transtorno Obsessivo Compulsivo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CONSCIÊNCIA, AÇÃO NECESSÁRIA À INCLUSÃO	13
3 COMO SE FAZER INCLUSÃO ATRAVÉS DA SENSIBILIZAÇÃO.....	19
4 MEDIDAS DE AÇÃO INTERVENTIVA PARA O AVANÇO DA QUALIDADE DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM NO DEIPD	29
4.1. DAS MEDIDAS INTERVENTIVAS – O QUESTIONÁRIO	32
5 CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS.....	38

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que, pela ordem lógica da vida, a criança de hoje será o adulto de amanhã e, por isso, deve ser construído e moldado em seu crescimento requisitos para que ao chegar à vida adulta e produtiva aquele tenha capacidade plena para exercer todos os atos da vida civil, eleitoral, laboral, colaborando com o Brasil e a sociedade ao qual está inserido.

Para isso, é necessário que desde pequenos os pais estejam cientes das dificuldades e virtudes que a criança possui, a ponto de auxiliá-la da melhor forma possível, aumentando sua capacidade e suprimindo as necessidades e limitações que cercam o infanto-juvenil.

O desenvolvimento educacional na vida escolar de uma criança deve formar conceitos e bases essenciais na sua formação e na sua qualidade de vida, visando a sua inserção na sociedade, como cidadão pronto para encarar desafios e conduzir sua conduta de forma consciente e justa.

Sabe-se que no decorrer da vida docente são agregados conhecimentos importantes capazes de perceber e diagnosticar certas deficiências no aluno, quais sejam, emocionais, psicológicas e físicas, que podem atrapalhar o desenvolvimento e a formação desse indivíduo, dificultando assim o equilíbrio do corpo discente como um todo, pois aquele que precisa de um suporte especializado tende a se isolar de maneira a prejudicar-se, não recebendo de forma integral uma formação de qualidade da qual tem direito.

Para que a criança tenha total acesso a uma educação inclusiva e especializada, é necessário o comprometimento do Estado, dos pais e de toda a comunidade na qual este indivíduo esteja inserido, uma vez que a Constituição Federal de 1988 em conjunto com o Estatuto da Criança e do Adolescente asseguram como garantia ao menor a educação, segurança entre outros.

Existe no Brasil um programa de educação inclusiva, que ainda é de forma ofertada e que visa atender os alunos com deficiências ou necessidades educacionais especiais. Para que esse trabalho atinja o seu máximo, os pais de alunos precisam deixar de lado o preconceito e incentivar os alunos a buscar ajuda quando necessário, fazendo com que o educando fique em par de igualdade com os demais alunos a nível de aprendizagem e qualidade educacional de excelência.

O termo inclusão refere-se ao ato de fazer parte ou unir-se a e, por isso, tem sido tão utilizada por estudiosos e pessoas que integram o contexto educacional, como uma ferramenta em busca de uma melhor qualidade no ensino aprendizagem, como também integrando uma parceria entre a escola, os pais e a comunidade envolvida no cenário atual, em que tanto se tem discutido sobre as diferenças e diversidades da sociedade atual.

Observando o contexto histórico da inclusão, percebe-se que há pelo menos uma década não se abordava temáticas como Diversidade Cultural e inclusão social que abrange aqueles que de alguma forma se isolam ou são isolados pela comunidade, como é o caso dos portadores de necessidades especiais, visuais, auditivos, mentais e também aqueles que são discriminados pela cor, classe social ou porta comportamento diferenciados dos demais e precisa de atendimento especializado.

O método de pesquisa será de análise reflexiva norteados em dados estatísticos bem como em livros, artigos, leis, publicações referentes ao tema desta monografia, que tem como objetivo identificar os princípios constitucionais relacionados ao interesse do menor e a melhor técnica para colocar em prática o programa de inclusão ao infanto-juvenil.

Trata-se de um trabalho de ampla relevância, tendo em vista a necessidade da criança ao ambiente em que se insere, para que cresça e atinja seu potencial ao máximo.

O presente trabalho será dividido em três capítulos, onde o primeiro abordará o surgimento do DEIPD – Departamento de Educação inclusiva, psicopedagógica e diagnóstica, bem como sua importância, como identificar as dificuldades que o menor tem e como tratar de forma proporcional e individualizada. Além de levantar a problemática que cerca o preconceito dos pais ao não aceitarem o DEIPD como realidade na vida de seus filhos; o segundo capítulo levanta e analisa os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e do melhor interesse do menor, também amparado pelo ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente; O terceiro capítulo apresentará um modelo de sondagem adaptado a realidade dos alunos assistidos, bem como as medidas de ações interventivas na forma de levantamento e questionário com perguntas reflexivas aos profissionais do Departamento – DEIPD, finalizando com uma análise do contexto geral, numa visão reflexiva dos fatos.

2 CONSCIÊNCIA, AÇÃO NECESSÁRIA À INCLUSÃO

O processo de conscientização se faz necessário quando se deseja fazer algo que transforme ou mude totalmente crenças, valores e costumes, seja dentro de uma sociedade ou comunidade que esteja ambientada em um costume ou prática preestabelecida ao longo de uma geração. É partindo desse conceito que muitas vezes observa-se tal importância no que se refere à busca pela estratégia em que se determina a mudar algo ou determinar uma prática como também um ato ou uma ação referente ao que se pretende aplicar.

O campo da inclusão ainda é observado de forma delicada, enfrentando desafios que ainda permeiam a sociedade atual, determinando um processo mais audacioso em se tratando do campo educacional, onde os envolvidos fazem parte de um contexto evidenciado pelos professores, alunos, pais e por todos aqueles que constituem e formam uma comunidade escolar.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 277 garante à criança e ao adolescente o direito à educação com absoluta prioridade, devendo a família, a sociedade e o Estado assegurar tal direito, respeitando a liberdade e a dignidade a fim de colocá-lo a salvo de qualquer tipo de negligência, discriminação e opressão.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, CRFB 1988).

A complexidade associada ao direito à Dignidade Humana, previsto no Art. 1º, III da CF/88, traz a reflexão sobre como essa dignidade se insere no contexto educacional da criança em relevância a percepção de sua prática pautada aos pais e a família de direito, confrontada, muitas vezes, com o descumprimento de práticas instituído e amparado pela própria Constituição Federal, tornando-se obrigatório a tomada de medidas interventivas por parte dos sujeitos e representantes dos Direitos Humanos.

Relacionado ao princípio da dignidade da pessoa humana, artigo 1º, III da CF/88 está o princípio da prioridade absoluta, previsto no Art. 227 da Carta Maior, que “estabelece primazia em favor das crianças e dos adolescentes em todas as esferas de interesse. Seja no campo judicial, extrajudicial, administrativo, social ou familiar, o interesse infanto-juvenil deve preponderar (MACIEL, 2013, p. 63).”

Compreende-se que exista uma necessidade do ser humano relacionado ao convívio em grupos e, isto, de alguma forma, gera uma demanda por imposição de regras e leis que interfiram nessas relações conforme essa coletividade venha a ser de alguma forma integrada.

Apesar de se observar que em muitas comunidades assistidas por meio de projetos e métodos voltados à inclusão, ainda existe a necessidade de estabelecer uma conscientização por medidas que venham derrubar o preconceito por parte dos pais de alunos que necessitam de atendimento especializado, com intuito de melhorar a qualidade de ensino em sua vida escolar. Para isso, é necessário observar e cumprir o princípio do melhor interesse do menor que visa priorizar as necessidades da criança e do adolescente.

Uma dessas comunidades está localizada no município da Cidade Ocidental – Goiás, que vêm elaborando e ofertando um trabalho social de forma facultada, com fundamento na Lei nº 9.394/96, direcionando aos alunos que compõe o corpo discente das escolas públicas que necessitam desse atendimento diferenciado.

Em 2002, a então coordenadora do departamento Lídia Maria Barboza de Sena de Araújo, trabalhava em uma das escolas do município, quando a mesma teve acesso a uma semana de treinamento sobre a temática da inclusão, que veio a enriquecer e transformar ideias que pudessem fazer a diferença no seu currículo, surgindo aí um ideal que transformasse a comunidade local, e que permitiu a criação do DEIPD com dois orientadores educacionais e com pequenos recursos materiais. Sua equipe gestora é formada por professores, psicólogos, psicopedagogos e nutricionistas que desenvolvem ações que visam aprimorar a qualidade de vida e do ensino aprendizagem desses alunos, buscando assim, estabelecer um trabalho desenvolvido e voltado para a inclusão no município. Maciel afirma que os profissionais da área infanto-juvenil tenham em mente que o alvo final de seu trabalho de atuação seja a criança e o adolescente, visando esforço em alcançar tais objetivos e estabelecendo que os mesmos tenham seus direitos de proteção,

instituídos de forma prioritária, ainda que esta venha colidir com o direito de sua própria família (MACIEL, 2013, p. 63).

Com base nisso foi elaborado a minuta de criação do Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado – CMAEE, ainda em aprovação para alteração do novo nome do departamento. Em seu projeto estabelece que o CMAEE seja vinculado à Secretaria de Educação e se dedica ao apoio, atendimento e acompanhamento de alunos com deficiência ou necessidades educacionais especiais.

Seu maior objetivo é ofertar atendimento educacional especializado para alunos da rede municipal, disposto no art. 2º do projeto, *in verbis*:

Art. 2º - Ao Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado – CMAEE compete:

I – ofertar o Atendimento Educacional Especializado, de forma substitutiva, quando necessário, para os alunos da rede municipal de ensino com necessidades educacionais especiais e ou deficiência com comprometimento severo das habilidades da vida diária e previamente avaliados pelo CMAEE e, de forma não substitutiva à escolarização dos alunos com deficiência e ou superdotação e ou altas habilidades e ou necessidades educacionais especiais no contraturno do ensino regular; a organização e disponibilização de recursos e serviços pedagógicos e de acessibilidade para atendimento às necessidades educacionais específicas destes alunos; e a interface com as Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil, promovendo os apoios necessários para o favorecimento da participação e aprendizagem dos alunos nas classes comuns, em igualdade de condições com os demais alunos. [colocar as referências, não é necessário colocar a referência em nota de rodapé, vide exemplo de citações anteriores]

Ademais, o programa atenderá os alunos que estiverem matriculados na rede pública de ensino e neles forem observados critérios diferenciados, como dificuldade acentuada ou limitações no processo de aprendizagem, conforme o estabelecido no art. 2º, III do projeto.

III – matricular no CMAEE os alunos matriculados nas Escolas Municipais de Ensino Regular, Centros Municipais de Educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos – EJA que necessitem de apoio, acompanhamento complementar e ou suplementar, em decorrência de:

- a) dificuldade acentuada de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, não vinculadas a uma causa orgânica específica ou relacionadas a distúrbios, limitações ou deficiências;
- b) dificuldade de comunicação e sinalização, demandando a utilização de outras línguas, linguagens e códigos aplicáveis;
- c) condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos;

d) super dotação ou altas habilidades que, devido às necessidades e motivações específicas, requeiram enriquecimento, aprofundamento curricular e aceleração para concluir, em menor tempo, a escolaridade, conforme normas a serem definidas por resolução da Secretaria de Educação e Cultura.

Em contra partida estão os desafios enfrentados por aqueles que buscam fazer da inclusão método fundamental para se obter uma prática voltada aos Direitos Humanos, como também uma educação de qualidade, onde pais e alunos estejam envolvidos, conjuntamente, com a escola e com a comunidade beneficiada pela visão de uma educação comprometida com a inclusão. É neste contexto que se visualiza uma barreira, onde se dificulta o fazer e o acontecer do que conhecemos por inclusão, e são essas as dificuldades no que se refere a estabelecer uma ligação de inserção dos Direitos Humanos, aliados ao processo de uma educação igualitária e menos excludente, pois a educação é direito fundamental inerente a toda pessoa humana, conforme determina o art. 6º da CF/88.

Conforme ensina Mendes, o direito à educação se enquadra dentre os direitos sociais e é de grande importância para a concretização dos valores tutelados pela Carta Magna, principalmente no que tange à construção de patamar mínimo de dignidade para os cidadãos.

No Brasil, em razão do histórico descaso do Estado no que diz respeito ao oferecimento de uma rede educacional extensa e de qualidade, ocorreu a marginalização de amplos setores da sociedade, prejudicando, inclusive a concretização de outros direitos fundamentais. Não por acaso, o próprio texto constitucional, em seu art. 205, preceitua que a educação deve ser promovida “visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (MENDES, 2014 p. 675).

Tem-se por educação “o processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social” (FERREIRA, 1986). O processo de educação visa a formação da criança e do adolescente de forma integral, buscando seu desenvolvimento e seu preparo para que possa exercer de forma plena o exercício da cidadania e para um melhor ingresso no mercado de trabalho (MACIEL, 2013, p. 101).

O direito à educação funda-se nos princípios constitucionais expressos no art. 206 da CF, quais sejam:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
[...]
VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
VII - garantia de padrão de qualidade (BRASIL, 1988)..

Em virtude do princípio da igualdade, não deve haver qualquer distinção, porém é dever dos pais assegurá-lo por meio da matrícula dos filhos na rede de ensino, apesar de não se exigir que cada escola tenha classe especial, mas para que sejam incluídos os deficientes de forma adequada é necessário que a escola forneça serviços de apoio especializado para atender suas peculiaridades, como acessibilidade, adaptação do mobiliário escolar, cuidadores, profissionais treinados para assegurar a universalidade da educação (MACIEL, 2013, p. 103).

Apesar de a Carta Magna garantir a igualdade, percebe-se que a discriminação está enraizada na mente humana de tal forma que os próprios pais não aceitam qualquer tipo de limitação na trajetória escolar e cotidiana, a ponto de coibir o filho a ser assistido por um programa de cunho social, voltado à inclusão e suas diversidades.

Essa dificuldade tem sido uma das grandes barreiras encontradas por diversos profissionais da educação que ousam transformar a qualidade do ensino aprendizagem, fazendo-se valer os direitos de igualdade e liberdade associadas aos princípios dos Direitos Humanos, como também ao contexto da diversidade cultural.

Para isso, faz-se necessário uma reflexão do instrumento essencial quando se quer alcançar tais objetivos ao princípio de conscientização, palavra essa que dá lugar ao entendimento de que para se fazer inclusão social é necessária a busca pela sensibilização.

Para que se entenda sobre o contexto do que realmente são as diferenças significativas, físicas e deficiências, é preciso observar as semelhanças de homogeneidade, de normalidade e de associação a um determinado parâmetro. Mas o critério a ser utilizado para afirmar que um indivíduo ou sujeito, grupo, ou fenômeno possuem essas diferenças, ainda é uma busca constante para sua definição (AQUINO, 1998, p. 12).

Falar ou determinar como acontece esse preconceito pode até ser fácil para quem não teve a experiência de ter que lidar com uma criança especial, pois muitas vezes o sentimento de empatia é facilitado ao papel dos pais e não a quem realmente está passando pela dificuldade, ou seja, a criança.

Faz-se necessária a busca pela sensibilização de forma coerente, buscando-se uma melhor estratégia que venha derrubar conceitos ultrapassados e que impeçam a realização de um trabalho mais aprofundado, baseado no diagnóstico preciso de algumas limitações físicas, emocional, psicológica.

E ao se chegar a esta conclusão, deve-se observar quais serão os mecanismos utilizados para que se determinem tais diferenças ou características, e que processo se estabelecerá para se chegar à ligação de preceitos como a sensibilização por parte dos pais, sem que estes fujam pelo caminho mais fácil que é a negação dos fatos.

Outro fator de importância fundamental na percepção dos fatos que serão abordados na pesquisa é que se observou ainda durante as análises reflexivas, que muitos projetos, bem como as novas leis que propõe uma educação inclusiva, são de fato ainda trabalhados de forma teórica eximindo completamente a prática, onde a busca pela inclusão tanto a nível nacional como na observação desse trabalho desenvolvido na rede pública de ensino de Cidade Ocidental – GO, são de fato não exercido de forma relevante, levando-se em consideração ao que tange as suas propostas de inclusão.

Analisando todo o processo de trabalho e atividade desenvolvida pelo Departamento de Educação Inclusiva, Psicopedagógica e Diagnóstica – DEIPD, e analisando as dificuldades, como também o perfil dos alunos e pais pertencentes à comunidade do município de Cidade Ocidental, tendo como base algumas reflexões sobre a temática voltada à inclusão, levanta-se a questão sobre como conscientizar e sensibilizar os pais mediante aos conflitos e deficiências diagnosticadas em seus filhos, traçando uma ligação entre a escola, os responsáveis, os alunos e o departamento de inclusão, propondo uma transformação social e benéfica para o processo de qualidade no ensino aprendizagem de crianças e adolescentes?

3 COMO SE FAZER INCLUSÃO ATRAVÉS DA SENSIBILIZAÇÃO

Uma das ações necessárias ao se pensar em fazer da inclusão ferramenta essencial para o aprimoramento na qualidade do ensino aprendizagem dos alunos com necessidades especiais através de um olhar reflexivo é a sensibilização por parte de todos os integrantes envolvidos, como os pais, alunos e professores, porém, ainda são grandes as barreiras enfrentadas quando da negação dos fatos, onde uma equipe composta por psicólogos, orientadores e psicopedagogos buscam lidar com a aceitação dos pais que, por sua vez, entram no luto, surgindo assim, o preconceito que tanto impossibilita um maior desempenho da equipe e dos próprios alunos.

O departamento - DEIPD, por sua vez tem papel fundamental no amparo social e na conscientização de seus integrantes, buscando ferramentas essenciais na construção de um ambiente favorável e acolhedor, para que tanto os pais como também a equipe gestora possam encontrar um caminho que os aproxime da realidade dos fatos à aceitação de um exercício pleno voltado para os Direitos humanos e suas propostas, numa visão igualitária e inclusiva, dando início, a partir dessa perspectiva, ao desenvolvimento de um trabalho social e reflexivo para a melhoria do ensino, aprendizagem dos educandos e a aceitação de um compromisso social no que se refere à Diversidade Cultural.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394/96, em sua referência ao ensino especial, dispõe que:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na

vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Observando as perspectivas do que rege esta Lei e baseando-se nas propostas do que se refere ao ensino especial, numa visão inclusiva, estabelece uma corrida inicial onde se busca inserir conceitos fundamentais da necessidade de agregar princípios norteadores pelo qual fazem parte, os sujeitos da Diversidade Cultural.

Como o próprio nome diz, Diversidade Cultural refere-se à relação de convivência entre as mais diversas culturas. Os valores culturais permitem entre si a interação entre as mais diferentes culturas e etnias, garantindo assim, pilares fundamentais para a construção do verdadeiro conceito de humanidade.

As particularidades que definem a Diversidade Cultural entre pessoas, são a identidade que marcam a pluralidade, onde se define a língua, culinária, costumes, religião, padrão familiar e política, associados a um grupo que vivenciam estas experiências em determinado local, estabelecendo ali uma população, grupo, estado, nação ou país. Segundo (VALLE; CONNOR, 2014, 29) As escolas são povoadas por seres que chegam com uma miríade de valores, culturas, etnias, línguas, crenças, histórias e comportamentos.

Em virtude das estratégias a serem aplicadas em um projeto de intervenção associada à visão destes conceitos abordados em como se define a Diversidade Cultural, depara-se com a realidade de direito a que cada indivíduo necessariamente está inserido como sujeito ou filho dessa diversidade. É necessária a busca por estratégias que dignifiquem todo um trabalho direcionado a inclusão social, onde o envolvimento e comprometimento por parte dos pais dos alunos assistidos pelo Departamento – DEIPD seja desenvolvido de forma eficaz, porém, existem ainda fatores que impedem essas ações, dificultando o exercício da prática pelos Direitos Humanos.

O município de Cidade Ocidental – GO, vem elaborando desde o ano de 2014, a proposta do Plano Municipal de Educação – PME, de acordo com a realidade do município, que visa alinhar-se com as propostas do Plano Nacional de Educação – PNE, contando com a participação de instâncias como a comunidade, a Secretaria de Educação e Cultura – SEC, o Conselho Municipal de Educação, o Fórum Municipal de Educação e a Comissão de Educação da Câmara Legislativa, que visa atender e estabelecer de acordo com a necessidade social vigente, que garante mediante a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 sobre o Direito à Educação e do Dever de Educar no seu artigo 4º descreve o dever do Estado com educação escolar pública que será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino. (PME, 2015)

Todas as instituições escolares estão progressivamente se adequando ao que se refere à parte arquitetônica conforme os recursos recebidos direcionados a acessibilidade.

A formação continuada acontece em todos os segmentos da educação, primando pela inclusão social e sensibilização para o combate as desigualdades e discriminações, porém temos que intensificar essa ação de informações e esclarecimentos sobre as deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, necessidades educacionais especiais e transtornos de aprendizagem, bem como formação na educação bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e sistema Braille, fortalecendo a inclusão social e educacional.

A aprendizagem e os cuidados com excelência dos alunos deficientes mais comprometidos se darão mediante a criação do cargo de auxiliar de sala, que apoiará o professor no contexto pedagógico e social desse aluno.

Com o aumento dos alunos com deficiências e ou necessidades educacionais especiais, a educação de Cidade Ocidental necessita da criação do Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência para deliberar sobre toda a temática que envolve a inclusão social e educacional neste município. (PME, 2015)

É por este caminho que se inicia o desenvolvimento deste trabalho social, fazendo com que haja uma interação entre os indivíduos em atendimento aliado ao diagnóstico como ferramenta primordial e por profissionais como psicólogos e orientadores, como também a equipe multidisciplinar, que busca desempenhar o papel de apoio constituído por estes mesmos integrantes que desenvolvem o

trabalho de amparo social, investigando e fazendo as anamneses fundamentais de cada aluno em atendimento.

Sabe-se, porém que o trabalho de prevenção, é de extrema importância quando se quer alcançar uma proposta que venha sanar problemas posteriores, e este é o melhor método quando se quer alcançar uma qualidade no desenvolvimento de alunos e crianças, fazendo com que o caminho da jornada escolar seja de fato suavizado, direcionando aos objetivos inerentes ao conhecimento e a qualidade no ensino aprendizagem dos mesmos.

O diagnóstico inicial de situações problemáticas psicomotoras e da linguagem deverá ser uma busca constante em anamneses pediátricas cotidianas, pois não é somente visualizando o exterior apresentado na forma de objeto concreto, é preciso analisar os sintomas que possam atrapalhar o desempenho do fator interno, ou o que se considera o espírito ou interno abstrato. (FONSECA, 1995, p. 19)

Em muitos casos aparecem situações problemas, onde a solidarização e a sensibilização entram como instrumentos a serem utilizados para que se demonstre a real necessidade de se fazer inclusão e é por meio delas, que muitos pais entram na negação dos fatos quando se busca o confronto com o histórico familiar, histórico da gestação do aluno em atendimento, ambiente e formação do mesmo, entre outros, para que se busquem a partir desse contexto ações necessárias para o desenvolvimento de um trabalho intenso e rigoroso na formação do aluno em questões como o ensino aprendizagem, como também na sua formação emocional e cognitiva, buscando-se aí princípios inclusivos e medidas de conscientização, como o processo de intervenção necessária para a melhoria dos recursos e do atendimento oferecido pelo departamento – DEIPD.

Em primeira instância as medidas interventivas serão aplicadas de forma singular, analisando alguns padrões como o tipo de perfil recorrente dos alunos beneficiados, iniciando-se pelo conceito de conscientizar, abordar e esclarecer quais fatores necessários para a criação de um novo modelo de atendimento, embasado nos padrões que levam aos preceitos e valores estabelecidos na cultura dos Direitos Humanos.

Para isso, a ideia principal seria a conciliação da equipe pedagógica formada por psicólogos, orientadores e psicopedagogos que já exercem um trabalho fundamentado na inclusão para que se desenvolvam ferramentas a mais com a participação intensiva dos pais, propondo um clima ambientizado e favorecido para a

quebra de tabus e preconceitos que tanto impedem um trabalho de excelência voltado para a temática dos Direitos humanos.

A partir desse ponto, houve a elaboração de um pequeno questionário, onde se abordaram questões fundamentais, utilizadas como peças-chaves, tomando-se como medida de ação interventiva conjuntamente com a análise reflexiva dos fatos e do trabalho já desenvolvido, bem como suas dificuldades e visão estratégica de avanços e melhorias que determinam um melhor trabalho e desenvolvimento voltados para a inclusão.

Uma das barreiras encontradas, como outrora mencionado, é o preconceito por parte dos pais e a negação dos fatos apresentados após o diagnóstico feito pela equipe do Departamento – DEIPD, e as principais perguntas e questões giram entorno de qual estratégia tem sido utilizada para essa quebra de tabus e preconceitos, como também o que pode ser feito para que todo esse trabalho de ação social ofertado pelo município venha a ser melhorado.

Abordando as questões sobre quais são as estratégias utilizadas para que esse trabalho seja desenvolvido com êxito, levanta-se a análise reflexiva dos fatos e do instrumento utilizado, onde se propôs inserir ações interventivas, para a intensificação do exercício pleno do se fazer notória a busca pelos Direitos Humanos.

Para se chegar a um diagnóstico concreto e determinar a melhor estratégia a ser realizada com determinado aluno, é necessário analisar o histórico gestacional do infante até o momento atual, uma vez que são de ampla relevância os acontecimentos àquela época, pois é nessa fase que a criança pode desenvolver certas limitações que se relacionam com o comportamento da gestante.

A gestação é uma experiência desafiadora e cheia de mudanças que a mulher e sua família devem passar da forma mais saudável possível, encontrando apoio no serviço de saúde. Por meio da assistência pré-natal é possível avaliar e monitorar todo o processo gravídico, detectar problemas precocemente, promover medidas educativas à mulher, companheiro e familiares, garantindo a atenção da criança em desenvolvimento (MANDÚ, 2006 apud STUMM, 2013.)

Em muitos casos, vale ressaltar que as mães, em situações extremas em que se aplicaram o apoio psicológico e a sensibilização dos fatos, muitas vezes entram no que se considera o chamado “luto” e na não aceitação dos fatos, necessitando também quando da demanda, de um apoio especializado, recebendo o encaminhamento para o departamento competente do município, o Centro de

Referência de Assistência Social – CRAS, situado também no município de Cidade Ocidental.

O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS – é uma unidade pública estatal descentralizada da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, e executa função de serviços de proteção social, destinada à comunidade em situação extrema de vulnerabilidade social, em parceria com a rede socioassistencial.

O trabalho se torna eficaz quando se estabelece uma conexão de prerrogativas que facilitam o trabalho social dos profissionais envolvidos na anamnese e no diagnóstico preciso, para que os pais possam conscientizar-se da real necessidade do trabalho psicopedagógico e o quanto ele irá fornecer uma ferramenta a mais no desenvolvimento escolar do aluno matriculado na rede pública e regular de ensino do município.

É relevante destacar a importância da anamnese nesse contexto de avaliações e diagnósticos para que os pais tenham em mente e possam refletir sobre a importância, como também o papel fundamental de todo trabalho envolvido para que ocorram os encaminhamentos necessários para cada especificidade, tais como neurologista, psicólogos e ou psiquiatras, nutricionistas, terapia ocupacional, passe-livre, benefício de prestação continuada – BPC, etc.

Durante esta anamnese, que é participativa apenas com os pais e responsáveis, longe da presença da criança, onde a maioria são mães e mulheres com histórias que podem ajudar na montagem do “quebra-cabeça” que dá o fechamento necessário para um diagnóstico preciso, para então definir-se o melhor caminho e tratamentos adequados.

Na investigação do Transtorno do Déficit de atenção – TDAH, nos casos em que há atribuição da hiperatividade, são desenvolvidos e realizados mapeamentos com diagnose clínica especificada por meio da sondagem com os pais, com a criança e com a escola, utilizando-se de parâmetros e escalas de avaliação criteriosa para os pais e professores que podem ser utilizadas. A avaliação com os pais deve compreender uma história minuciosa de todo o desenvolvimento da criança ou adolescente, contendo desde o histórico gestacional da mãe até os dias atuais. (TEIXEIRA, 2008, p.15).

Ressalta-se que a participação do professor em primeira instância é de importância vital, pois são eles que mantêm um contato a mais no cotidiano daquele aluno e, para isso, tanto o envolvimento dos pais quanto a participação do mesmo,

fará a diferença num diagnóstico preciso, estabelecendo assim um caminho mais concreto na busca por soluções que viabilizam e melhoram a proposta de inclusão e de um ensino de qualidade.

Há, ainda, outro fator de relevância, porém negativo, que por muitas vezes impossibilita o acesso ao atendimento de crianças com necessidades especiais educacionais – que são as condições do ensino que por muitas vezes prejudicam a avaliação e o trabalho do docente em ambiente escolar, como por exemplo, o fator de superlotação em salas de aula. Muitos educadores citam esse e outros problemas do ensino regular, tratando o processo de inclusão como um processo lento na busca de seus ideais e objetivos no que tange os Direitos Humanos.

O processo de observação diagnóstica vai muito além da percepção, pois é necessária a sensibilização de um conjunto de ações e propostas tanto da comunidade quanto do corpo docente.

O processo de Avaliação como medida interventiva poderá ser elaborada pela pessoa com quem a criança mantém convívio regular, como os responsáveis e como outrora citado, o próprio professor, que desenvolverá esse processo com uma diagnose inicial das percepções do que o aluno vem executando diariamente como seu desenvolvimento cognitivo, suas necessidades e habilidades. (DOCKRELL, MCSHANE, 2000, p. 31)

A partir desse contexto, são observadas durante o processo de anamnese que muitas mães expõem voluntariamente suas histórias e suas marcas, muitas choram relatando traumas como agressão física, a não aceitação da gestação, histórico de etilismo na gestação e uso de drogas ou entorpecentes.

Percebe-se, então, a partir daí, a ligação extrema entre o desenvolvimento da criança analisando o contexto histórico da mesma em relevância a alguma etapa da vida que, de alguma forma, influenciou em seu processo de construção emocional, psicológico e físico. Há, ainda, a necessidade de se conhecer como foi feito o pré-natal da criança e se ele realmente foi de fato realizado.

Sabe-se, porém, que muitos estudiosos acreditam que o ser humano está em constante processo de formação do seu caráter por toda uma vida, porém situações que buscam este histórico familiar demonstram que em certo período de vida da criança, algo foi primordial no desencadeamento de alguns problemas que influenciaram no desenvolvimento comportamental, como também na qualidade de

ensino do mesmo, tornando o processo de inclusão tão necessário, quanto o papel dos profissionais envolvidos.

Por que uma criança se revela diferente de qualquer outra? Para descobrir isso, os estudiosos do desenvolvimento devem observar os processos universais de desenvolvimento experimentados por todas as crianças e também as diferenças individuais, tanto nas influências do desenvolvimento quanto em seus efeitos. As crianças diferem em gênero, altura, peso e compleição corporal na saúde e no nível de energia; na inteligência; e no temperamento, na personalidade e nas reações emocionais. Os contextos de sua vida também diferem: os lares, as comunidades e as sociedades onde elas vivem, os relacionamentos que elas têm, os tipos de escolas que freqüentam (ou o fato de não frequentar nenhuma) e como gastam seu tempo livre. (PAPALIA, OLDS, FELDMAN, 2009, p. 12)

Após o diagnóstico, é feito um aconselhamento sugestivo aos pais, possibilitando o ingresso e comprometimento do mesmo nos recursos oferecidos pelo DEIPD, assim, tanto a escola, quanto a comunidade, onde este indivíduo está inserido, serão beneficiados pelo programa que ainda é ofertado, mas que de acordo com o Plano Nacional de Educação – PNE, o atendimento pedagógico deve ir além da escola.

Além do atendimento pedagógico, a escola tem responsabilidades sociais que extrapolam o simples ensinar, especialmente para crianças carentes. Para garantir um melhor equilíbrio e desempenho dos seus alunos, faz-se necessário ampliar o atendimento social, sobretudo nos Municípios de menor renda, com procedimentos como renda mínima associada à educação, alimentação escolar, livro didático e transporte escolar. (MEC, 2014).

13.4) promover a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos (as), combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência; (BRASIL, Lei 13.005, 2014).

Analisa-se, de forma crítica, as reflexões sobre o espaço pedagógico. É de suma importância notar que a escola não é somente um local onde se vivencia a busca pelo conhecimento científico, mas sim as experiências do convívio em sociedade, da vivência com os grupos e do espaço compartilhado, pois muitas vezes

o ser humano limita-se apenas ao objeto mecanizado do que a natureza propriamente dita impõe, fazendo, assim, nascer dessa experiência o individualismo, tão necessário à formação do caráter sugestivo do perfil humano, esquecendo-se do que realmente complementa a sociedade como um todo, que é a participação fundamental dos sujeitos da Diversidade e é nisso que se depara a necessidade de uma transformação inclusiva e social, impregnado com o sentimento de humanização e convivência em sociedade, para então se recorrer à teoria ou proposta da temática dos Direitos Humanos.

A visão do que se conhece por social, muitas vezes enfraquece os sujeitos que necessitam de apoio especializado, sendo considerados especiais, de forma excludente e não de forma a agregar concepções de direito Universalizado através de uma visão igualitária.

Os imperativos sociais de desenvolvimento materializam a transformação do defeito em impulso. Contrariamente a educação enfraquecida pelas tendências de piedade e filantropia foi intoxicada pelo veneno da invalidez e da impotência. (Vygotsky 1994, p. 62 apud BIANCHETTI e FREIRE, 2012, p.90)

Em se tratando de modelos e atribuições que permeiam a sociedade, entende-se que a escola possui papel de importância quando o assunto é a inclusão social, pois é no espaço educacional que o ser humano começa a moldar os primeiros passos de suas opiniões e sua formação, cabendo a escola provocar no aluno a mudança e o despertar para a transformação da sociedade como um todo.

Deve-se considerar que a escola estabeleça uma conexão entre a prática de ação pedagógica no que se refere à inclusão, como também na participação intensiva dos pais e sociedade, formando assim uma concepção padronizada em um novo modelo de educação, que transforme e que acolha às necessidades do outro, tratando o processo de inclusão cada vez mais notório e aproximado da realidade vivenciada em sociedade.

Outro desafio a ser enfrentado em relação à inserção de uma metodologia em busca de se derrubar preconceitos e padrões preestabelecidos voltados à inclusão, seria a busca contínua por atitudes desafiadoras em relação aos alunos com deficiências, tratando das necessidades do mesmo como prioridade e colocando em prática o desafio de alinhá-lo aos padrões do ensino regular de excelência, observando suas particularidades e tratando de forma especial suas deficiências,

para que o mesmo alcance resultados significativos em relação aos demais colegas, favorecendo assim, a proposta de inclusão em ambiente escolar.

Muito se tem observado, em diversos estudos e trabalhos de vários autores, certa necessidade de agregação da família com a escola, ou a família com atividades em educação especial, tratando assim de um processo de orientação. Portanto, essas atividades demonstraram que muitas famílias possuem carências que podem ser sanadas, indicando ao mesmo tempo a necessidade de participação nas atribuições do quesito orientação de acordo com os próprios direcionamentos de como orientar e o que orientar. Nesse contexto, todo o caminho para o desenvolvimento da aprendizagem insere-se num processo pelo qual, tantos os profissionais com a família devem formar parceria, aonde ambas irão se beneficiar de todo o processo de ensino aprendizagem. (MANZINI, 2007, p. 9)

4 MEDIDAS DE AÇÃO INTERVENTIVA PARA O AVANÇO DA QUALIDADE DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM NO DEIPD

O professor capacitado é capaz de perceber, desde logo, quando um de seus alunos se encontra em alguma dificuldade com o aprendizado. Seja limitação física, sentimental, psicológica ou racional. A partir daí, se encaminha aos pais para que os mesmos busquem acompanhamento dos médicos especialistas para dar o diagnóstico a fim de que a criança possa ter acompanhamento especial na escola, com o intuito de ficar em par com os demais colegas no conteúdo ministrado.

Dessa forma, o professor utiliza-se do conhecimento psicológico, do qual é possível organizar didáticas para que o aluno possa ter um processo de desenvolvimento de aprendizagem digno e eficaz correspondente às suas limitações.

Quanto ao processo de desenvolvimento, MOREIRA, 1998 afirma que:

É possível se caracterizar o desenvolvimento como o conjunto de competências manifestas num determinado momento da vida do indivíduo. Esse desenvolvimento, que se constitui num processo sempre dinâmico, tem merecido a atenção dos estudiosos de praticamente todas as épocas da história da humanidade. Para Aristóteles os fatores inatos determinavam grandemente o comportamento das pessoas. Segundo ele, os escravos diferiam dos senhores por usarem a razão de uma maneira puramente passiva, faltando-lhes a faculdade deliberativa.

Há diversos fatores que influenciam o desenvolvimento da pessoa que se inicia a partir da fecundação – onde um novo indivíduo passa a existir e a se desenvolver, dando continuidade aos processos vitais de seus geradores –, havendo, assim, a carga genética, da qual influencia o novo ser vivente. A maturação e aprendizagem são, também, processos do desenvolvimento humano

que atuam em reciprocidade, da mesma maneira que a hereditariedade. A maturação se refere a padrões de diferenciação, resultando em mudanças ordenadas em sequências e até mesmo previsíveis do comportamento humano, já a aprendizagem se refere ao conjunto de apropriação do indivíduo, resultante de suas relações com o meio ambiente. (MOREIRA, COUTINHO 1998. P. 40)

A necessidade de encontrar soluções imediatas para resolver a premência da observância do direito de todos à educação fez com que algumas escolas procurassem saídas paliativas, envolvendo todo tipo de adaptação: de currículos, de atividades, de avaliação, de atendimento em sala de aula que se destinam unicamente aos alunos com deficiência. Essas soluções continuam reforçando o caráter substitutivo da Educação Especial, especialmente quando se trata de alunos com deficiência mental. Tais práticas adaptativas funcionam como um regulador externo da aprendizagem e estão baseadas nos propósitos e procedimentos de ensino que decidem o que falta ao aluno de uma turma de escola comum. Em outras palavras, ao adaptar currículos, selecionar atividades e formular provas diferentes para alunos com deficiência e/ou dificuldade de aprender, o professor interfere de fora, submetendo os alunos ao que supõe que eles sejam capazes de aprender. (MEC)

Com base nos estudos reflexivos, com a análise de todo o trabalho desenvolvido no DEIPD, serão demonstrados alguns casos de alunos e professores em atendimento durante o ano 2015, entretanto, foram retirados os nomes dos envolvidos para preservar a identidade dos alunos assistidos no DEIPD.

O diagnóstico abaixo citado, leva em consideração as afirmações baseadas na transcrição do diagnóstico na íntegra durante a pesquisa. O nome e a identidade dos alunos foram preservados durante as análises.

Caso 1 – F1, 08 anos, é aluno em atendimento e possui dificuldades na aprendizagem como também na fala, portanto sendo avaliado pelo professor e o orientador educacional, o mesmo fora encaminhado para o DEIPD. Foram feitas análises através de entrevista com a mãe do aluno, como também nos relatórios observados pelo professor.

A mãe de F1. possuía na época da concepção 15 anos de idade e morava com o companheiro, pai do aluno. Na época de seu nascimento, relata a mãe, não havia preferência pelo sexo da criança e a gravidez não foi planejada, porém,

segundo a mesma, foi uma gestação tranquila, não havendo nenhuma tentativa de aborto.

Entretanto, a gravidez não foi aceita pelos avôs maternos e os paternos não eram vivos. A mãe relata ainda que não ocorreu nenhum acidente durante a gestação e a mesma também não fez uso de nenhum tipo de entorpecente. Relatou ainda que fez uso de medicação, apesar de não se recordar de qual seria esta, especificamente. Foi feito então o pré-natal, iniciado a partir dos 03 meses de gestação, com durabilidade da mesma de 09 meses, sendo que no parto fora realizada uma cesárea, pois a geratriz não possuía “passagem” que pudesse realizar o parto de forma natural.

Durante a gestação, a mesma relatou que não houve interferências por parte de parentes durante o mesmo período. A criança nasceu no Hospital Materno Infantil de Brasília – HMIB, com nota de Apgar no 1º min. 09 e/ no 5º 10, de estatura pós-natal normal, sem nenhum tipo de intervenção cirúrgica de emergência, não necessitando de internação.

Não foram relatados convulsões, febre alta ou desmaios em nenhum outro momento até o presente. A mãe relata que F1 sofreu queda de escada com 01 ano de idade, onde lesionou a cabeça e não recorreu ao médico, ficando, o menino, sonolento, porém a mãe relatou que não deixou o mesmo dormir após a queda.

O aluno F1, sente dores no peito quando corre e necessita de um exame mais detalhado, não possui nenhuma restrição alimentar ou alergia, firmou o pescoço aos 07 meses de idade, sentou aos 06 meses, desenvolveu a fala aos 02 anos de idade, porém, não constrói a fala de forma correta até o presente, necessitando de fonoaudiologista. Engatinhou com 01 ano e deu os primeiros passos com 01 ano e dois meses. O mesmo gaguejou ao falar, sugou o seio da mãe e possui mania de falar sozinho. A família de F1 se dirige ao mesmo falando de forma natural. A idade do desmame foi aos 03 anos necessitando da retirada do mesmo de seu ambiente habitual, para que o desmame obtivesse êxito. O mesmo possui controle dos esfíncteres. Atualmente o mesmo não faz uso de chupetas, mamadeiras etc.

Não rói unhas, não puxa os próprios cabelos e não possui nenhum tipo de TOC ou mania. F1 também não cuida dos próprios brinquedos e materiais. O sono também é agitado, acordando assustado e falando ao dormir. Sua posição na família atualmente é de ser a criança mais velha, possuindo apenas 01 irmão de 01 ano e 05 meses, sendo filhos do mesmo pai. Os pais não possuem grau de parentesco e

atualmente permanecem morando juntos. A mãe teve aborto espontâneo depois de F1, não havendo histórico algum de óbito na família. A mãe relata ainda que na família o tio de F1, possui Deficiência Intelectual – DI; o pai do aluno também possuía dificuldade de aprendizagem quando criança. O dia a dia da família de F1 é bem agitado e a mãe relatou que F1 interage com os irmãos e não possui resistência em aceitar ajuda externa. O pai de F1 trabalha como caseiro e a diversão preferida do aluno é assistir DVD e andar de bicicleta. Em ocasiões como festas ou eventos familiares, não se comporta ameaçando bater na mãe.

A renda familiar é de um salário mínimo, sendo que somente o pai é quem contribui para esta renda. O grau de escolaridade dos pais é ensino fundamental I incompleto. Houve relato de suicídio na família da mãe por motivo de depressão, neste caso, a tia da mãe. Esta relata ainda o caso de vícios por parte da família dela, neste caso o avô materno de F1 tem envolvimento com álcool. A criança até o presente momento não morou com outros parentes e a família do mesmo tem impressões positivas do aluno, denominando o mesmo de carinhoso.

As impressões negativas são de que o mesmo é difícil de lidar e que houve uma melhora após a compra de jogos educativos, mas necessita sempre de imediato da ajuda da mãe pra desenvolver uma tarefa. O pai tem dificuldades na correção do filho deixando este papel imputado apenas à mãe.

4.1. DAS MEDIDAS INTERVENTIVAS – O QUESTIONÁRIO

Este é apenas um modelo do trabalho desenvolvido no Departamento – DEIPD, porém há ainda muitos desafios e obstáculos a serem enfrentados para que o preconceito por parte dos pais e de toda a comunidade venha a ser quebrado fazendo da inclusão ferramenta primordial na inserção da cultura pelos Direitos Humanos.

Com base nesses levantamentos foi desenvolvimento em conjunto com os profissionais do Departamento – DEIPD um pequeno questionário sobre como são desenvolvidas as atividades e o trabalho de ação social frente à comunidade bem como seus desafios. Na íntegra a educadora especial, Cristiana Rodrigues Serra

respondeu aos questionamentos elaborados como medida de ação interventiva, durante pesquisa feita no mês de outubro de 2015.

- O que tem sido desenvolvido pelos profissionais do deste Departamento – DEIPD, como ação na melhoria da qualidade do ensino aprendizagem dos alunos da rede pública do município de Cidade Ocidental?

Muitos são os desafios enfrentados quando se pensa no agir e no fazer da inclusão um processo abrangedor, derrubando ações que fazem do que se considera o “social” apenas como um conceito de teórico, mas que venha de certa forma ser praticado em diversos segmentos da sociedade e principalmente na educação.

O primeiro pensamento a que se é conduzido frente aos desafios dos alunos que chegam com encaminhamento para a equipe de profissionais do DEIPD, é a sensibilização, pois sem este sentimento, seria impossível exercer um trabalho de qualidade, como também a busca por resultados satisfatórios.

O Departamento DEIPD, contam com uma psicóloga, três professoras de educação especial, duas psicoeducadoras, um professor de educação física, uma fonoaudióloga, uma assistente social, sendo que toda a equipe possui formação superior na área da pedagogia e correlatos. O Departamento faz o encaminhamento de alunos com necessidades especiais, para diversas especialidades médicas como também a diversos serviços de cunho social, como o recebimento do programa bolsa família, caso os pais ainda não tenham o benefício e estejam no pré-requisito do mesmo. (SERRA, Cristiana Rodrigues, 2015).

É nessa visão que o Departamento oferece todo apoio necessário aos pais, alunos e professores que são remanejados ao serviço de inclusão do município. A demanda ainda é outro fator recorrente, pois a estrutura física do ambiente oferecido ainda não comporta tamanha necessidade da rede pública de ensino.

Todo o trabalho desenvolvido por profissionais do DEIPD atende também aos professores que procuram a instituição como prática de ação pedagógica, na melhoria de recursos utilizados em sala de aula, para que também haja conhecimento de toda a parte docente de como funciona este programa e como atuam os diversos profissionais do DEIPD, lembrando, porém, que este envolvimento dos professores da rede pública funciona também na forma ofertada, tendo como benefícios os cursos oferecidos na área de inclusão, para um melhor desenvolvimento das ações práticas numa educação voltada à inclusão no município.

- O que pode ser melhorado no DEIPD para que possa abranger com excelência uma educação de qualidade promovendo a inclusão no município?

O assunto inclusão é uma temática que faz menção direcionada a política dos Direitos Humanos, porém o que se percebe é que muito se tem falado a respeito do assunto, e essa prática não tem caminhado de acordo com suas propostas, pois além do preconceito, as pessoas estão vivendo em um mundo cada vez mais globalizado, onde a mídia e os veículos de comunicação não tratam com êxito o trabalho de prevenção. Esse trabalho de prevenção consiste na divulgação de problemas enfrentados por diversas famílias que compõe o quadro familiar da sociedade brasileira, e que levanta a questão cultural desta sociedade, ou seja, seria necessário intervir em muitas ações de aspectos culturais de forma não invasiva, mas com medidas eficazes para o desenvolvimento de ações de conscientização, respeitando as diferenças e unificando os padrões e valores de uma sociedade que busca fazer da inclusão peça fundamental na busca pelos Direitos Humanos.

A parte multifuncional de recursos materiais seria de grande importância no desenvolvimento prático, pois o Departamento ainda não dispõe material suficiente, lembrando que toda a verba é remetida pela prefeitura de Cidade Ocidental – GO priorizando os alunos da rede pública de ensino do município. (SERRA, Cristiana Rodrigues, 2015).

Seria necessária, também, uma maior participação dos professores nessa missão, utilizando-se da sensibilização e humanização na busca pelo incentivo cultural de forma inclusiva, com ações de interesse e participação da maioria.

5 CONCLUSÃO

Com o passar do tempo, as coisas tendem a melhorar de forma evolucionária, como as pessoas, os procedimentos, a medicina, as tecnologias, o direito e também a educação e, com isso vão surgindo novos conceitos, novos espaços em branco para serem preenchidos de acordo com as necessidades da sociedade, visando proporcionar um melhor desempenho das funções que cada um exerce.

Com isso, a educação deve, através de normas e leis, colocar em prática a garantia emanada da Constituição do direito à educação a todos, inclusive àqueles que necessitam de atendimento especial diferenciado dos demais, para que ocorra a inclusão social de tal maneira em que todos os alunos, de forma confortável e aproximada, alcancem seu potencial ao máximo.

Mediante os princípios previstos tanto na CF/88 quanto no ECA, expostos juntamente com os conceitos e entendimentos elucidados neste trabalho, conclui-se que através de um formato de educação conjuntamente com uma pedagogia direcionada para as condições e necessidades da criança, associadas a um amparo psicológico acompanhado de uma medicação específica, torna-se possível mediar qualquer dificuldade no ensino aprendizagem de uma criança com necessidades especiais, para isso, é impreterivelmente necessário que o professor nunca assuma esse papel sozinho, mas conte, principalmente, com o apoio dos pais e

responsáveis, fazendo, assim, cumprir o princípio da dignidade da pessoa humana, que é base fundamental da sociedade.

O pensamento na visão filosófica do pensar humano, de que o mesmo também é dotado de necessidades fisiológicas quase que idênticas e que são seres de uma espécie que precisa ainda evoluir na questão da humanização, compreende a real necessidade no processo de conscientização como ação lógica e necessária na temática da inclusão. Tratar de um problema como obesidade, por exemplo, como algo que atinge milhões de pessoas em todo o mundo e que se tornou de fato doença, e que suas vítimas precisam na verdade de ajuda psicológica e apoio emocional são propostas significativas de inclusão.

São essas realidades existentes no dia a dia em sala de aula, que tem demonstrado a necessidade da criação de políticas públicas voltadas à inclusão social, onde visa a participação conjunta da sociedade e profissionais da educação.

Para se compreender conceitos referentes ao processo de formação humana, e baseando-se desde o ato da concepção, os processos que envolvem a formação da criança até seu início na vida estudantil, regem a forma com que os pais estão a iniciar este processo que será consolidado na escola, ou seja, o indivíduo leva para o meio social, a característica de quem o formou, tanto nos aspectos biótipos, como nos aspectos de formação social e emocional, para que isto venha de forma a estruturar a formação e a consolidação do indivíduo na escola e para que este caminho determine sua trajetória profissional, levando em consideração os aspectos sociológicos e interpessoais.

São propostas como estas, que se percebeu que a visão e missão do Departamento de Educação Inclusiva Psicopedagógica e Diagnóstica – DEIPD vem atuando de forma vital no município de Cidade Ocidental – GO, na busca pelos Direitos Humanos de forma cidadã e igualitária, porém muitos são os desafios a serem encarados, pois é necessária a ação conjunta dos profissionais em educação, para que haja a transformação do ambiente social, nos corredores das escolas, como também no território ou ambiente onde se está inserida a comunidade beneficiada pelo programa.

Observa-se também a necessidade de estruturação física do DEIPD, bem como a sua ampliação para que a demanda seja suprida, priorizando os envolvidos que tanto necessitam de apoio em diversos segmentos que compõe a inclusão no município.

Para que haja uma mudança ou sintoma de manifestação na vida escolar dos educandos, como também na vida profissional dos educadores, é necessária a socialização da temática dos Direitos Humanos, bem como o contexto da Diversidade Cultural, começando nos corredores da escola e se consolidando em sala de aula com a participação efetiva dos alunos, pais e responsáveis, como também todo o corpo docente.

Através do presente trabalho resta claro que diante a situação do aluno, independente de preconceitos advindos por parte dos pais, o menor tem prioridade absoluta, visando sempre seu melhor interesse, observando a sua identidade e dignidade, baseados no contexto da Diversidade Cultural, a educação tem que ser garantida à criança pela sociedade e o Estado como um todo.

REFERÊNCIAS

AQUINO; Julio Groppa. Diferenças e preconceitos na escola: Alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998.

BIANCHETTI; Lucídio e Freire; Ida Mara – Um olhar sobre a diferença: Interação, trabalho e cidadania – 12 ed. – Campinas, São Paulo: Papirus, 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm> acesso em: 02 out. 2015.

BRASIL. Diretrizes e Bases da Educação. Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm> acesso em: 22 out. 2015.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm> acesso em: 02 out. 2015.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. Lei Nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm> acesso em: 19 out. 2015.

COUTINHO; Maria Tereza da Cunha e MOREIRA; Mércia. Psicologia da educação: um estudo dos processos psicológicos de desenvolvimento e aprendizagem humanos, voltando para a educação: ênfase na abordagem construtivista. – 6 ed. – Belo Horizonte:Ed. Lê, 1998.

DOCKRELL; Julie. MCSHANE; John. Crianças com Dificuldades de Aprendizagem: Uma abordagem cognitiva; Trad. Andrea Negreda. – Porto Alegre; Artes Médicas, 2000.

FERREIRA; Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. 2. ed. Imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FONSECA; Vítor da. Educação Especial: programa de estimulação precoce – Uma introdução as ideias de Feuerstein. 2 ed. rev. aum. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

MACIEL; Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. Curso de Direito da criança e do adolescente: Aspectos teóricos e práticos – 6. ed.rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2013.

MANZINI; Eduardo José. Inclusão do aluno com deficiência na escola: Os desafios continuam – ed. ABPEE/FAPESP, 2007.

MENDES, Gilmar Ferreira. Branco, Paulo Gustavo Gonet Branco. Curso de Direito Constitucional – 9 ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2014.

STUMM; Karine Eliel. Significados do processo gestacional na vivência da família. 2013. 92f. Dissertação (mestrado em enfermagem) – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul.